

## COMENTÁRIOS

## Uma teoria de transição aquém de qualquer além?

Hector Benoit\*

Neste comentário gostaríamos de fazer algumas breves observações a respeito da concepção de “transição” que aparece na obra de István Mészáros, originalmente editada em 1995, e agora publicada no Brasil pela Boitempo editorial. *Para Além do Capital*, cujo subtítulo é, precisamente, “*rumo a uma teoria da transição*”. A obra divide-se em quatro partes, nas quais se distribuem vinte e cinco capítulos, expostos em nada menos que 1093 páginas. Como se vê, tanto pelo título e subtítulo, pelo número de páginas e capítulos, trata-se de obra de fôlego, mais extensa até que o primeiro livro de *O capital* de Marx, sendo trabalho de longos vinte e cinco anos. Como nos informa Ricardo Antunes, em “Apresentação” que acompanha esta edição, o autor estaria realizando, ao menos em parte, um projeto do último Lukács, seu mestre. Enquanto elaborava a sua última obra, *Ontologia do ser social*, teria dito certa vez Lukács “que gostaria de retomar o projeto de Marx e escrever *O capital* dos nossos dias”. Tratava-se, segundo Antunes, de “investigar o mundo contemporâneo, a lógica que o presidia, os elementos novos de sua processualidade, objetivando com isso fazer, no último quartel do século XX, uma *atualização* dos nexos categoriais presentes em *O capital*”. No entanto, Lukács teria apenas indicado a empreitada e “coube a István Mészáros, (...) essa significativa contribuição para a realização, em parte, desta monumental (e por certa coletiva) empreitada”<sup>1</sup>.

Na primeira parte da obra, Mészáros estuda o que ele chama “a incontabilidade do capital”. Dialogando com Hegel, com os economistas clássicos, com teorias ideológicas

---

\* Professor do Departamento de Filosofia, IFCH, Unicamp.

da sociologia e com o próprio Lukács, o autor já procura mostrar o caráter absolutamente incontrolável e destrutivo do capital, assim como, a necessidade de atingir uma nova forma histórica que o suprima de maneira radical. Daí a urgência de uma “teoria da transição”, o objetivo central do livro. Para gerar essa nova “teoria de transição”, na segunda parte (capítulos 6 a 13), o autor estuda “o legado histórico da crítica socialista” a partir de duas perspectivas: aquela originada na Revolução Russa e aquela de “ruptura radical e transição na herança marxiana”. Pensamos que aqui, nesta parte, sobretudo, na interpretação de Mészáros sobre a Revolução Russa e seu desenvolvimento, começam a surgir os problemas decisivos do livro e que o determinam, conceitualmente, de maneira definitiva..

Nesse sentido, ressaltamos a “virada” em relação ao mestre que aqui se manifesta. O autor critica as posições de Lukács que ainda em 1962 defendia e justificava a opção de Stálin pela transição ao socialismo através da teoria do “socialismo em um só país”. Nesse sentido, Mészáros cita longo trecho onde o seu mestre ataca as posições internacionalistas de Trotsky. Nesse texto, Lukács afirma que, apesar de todos os problemas, Stálin teria optado por uma estratégia historicamente correta. Num impressionismo surpreendente (sobretudo, para um filósofo), Lukács observa que havendo se encontrado com Trotsky uma vez (em 1921), formou a opinião “que ele era muito mais atraído pelo culto à personalidade do que Stálin” (p.471). Assim, se Trotsky houvesse vencido teríamos assistido “a uma catastrófica política de capitulação”. Na mesma passagem citada, (hoje, cômica, se não fosse trágica!), o “profeta” Lukács prevê um futuro promissor para a economia e povo soviéticos, dizendo que a nova situação dos anos 60 “deve criar uma economia capaz de superar, em todas as áreas da vida, o capitalismo mais avançado, o dos Estados Unidos, e elevar o padrão de vida do povo soviético acima do

---

<sup>1</sup> Ricardo Antunes, p.15.

nível americano” (p.471, nota1). Comenta Mészáros que é muito significativo que mesmo até os últimos anos da década de 60, bem depois do discurso de Khrushchev contra Stálin, a avaliação de Lukács sobre os erros da revolução se confinava ao campo cultural. Assim, Lukács teria realizado apenas uma crítica “metodológica” ao stalinismo, “sem entrar nas questões *substantivas* da estratégia stalinista de socialismo em um só país, que ele aceita até o fim, sem reservas” (p.477). Mészáros, ao contrário, considera que essa perspectiva da “revolução enclausurada no elo mais fraco da cadeia” não pode mais ser admitida e “agora pertence inevitavelmente ao passado” (p.513). Portanto, de forma impiedosa, contra Lukács, o autor já deixa claro e insiste (durante toda a obra) que Marx, desde os textos de juventude, sustentava que o socialismo não podia ser construído dessa forma nacional, assim como, que a transição ao socialismo devia ser posta como um processo mundial. Parece, assim, que a teoria de transição procurada por Mészáros seria um processo revolucionário necessariamente não-nacional, respeitando a dependência recíproca entre os países e em escala global.

Ora, nesta altura, como não pensar na teoria da “revolução permanente” já expressa por Marx na “Mensagem à Liga dos Comunistas” e depois retomada por Trotsky desde 1905? Como não pensar na teoria do “desenvolvimento desigual e combinado”, na crítica trotsquista à teoria da dependência superada pela “interdependência”? Mas, sobretudo, como não pensar também na noção de “transição”, tal como a compreendeu Trotsky? Ou seja, um sistema de reivindicações transitórias que partindo das condições atuais conduz à tomada do poder pelo proletariado. Estaria Mészáros tentando recuperar a teoria de transição tal como foi desenvolvida, exaustivamente, por Trotsky desde os primeiros congressos da III Internacional (até 1923), depois na Oposição de Esquerda Nacional (até 1928), depois na Oposição de Esquerda Internacional (até 1933), depois na Liga Comunista

Internacionalista (até 1938) e, desde então, expressa no programa da IVª Internacional, não por acaso, conhecido como “Programa de Transição”? Estaria Mészáros defendendo essa recuperação histórica da teoria de transição tal como a compreendeu Trotsky? Apesar de certas proximidades aparentes, não é nada disto que ocorre.

Para convencermo-nos das diferenças, basta lermos a parte III da obra. Aqui, o autor estuda a “crise estrutural do sistema do capital” e, para isto, volta à questão das experiências históricas fracassadas, aquelas que, de alguma maneira, tentaram controlar o capital ou superá-lo. Quando retorna, por esses motivos, à questão do “socialismo em um só país”, particularmente, no capítulo 17, minimiza e parece desconhecer (ou ao menos não considerar relevante) toda a elaboração e luta de Trotsky para desenvolver uma teoria transitória internacionalista (desde, pelo menos, a *Tese sobre a situação mundial e a tarefa da Internacional*, redigida por ele e apresentada no III Congresso da Internacional em 1921)<sup>2</sup>. Assim, afirma Mészáros que Trotsky só em 1926 teria contestado a teoria do socialismo em um só país (p.744). Ora, como se não bastassem as teses de Trotsky nos congressos da Internacional, sabe-se que a teoria da revolução permanente – a oposição antagônica à teoria do socialismo em um só país -, desde 1905, era já conhecida no movimento comunista internacional como uma tese “trotsquista”. Mészáros, porém, minimiza, inexplicavelmente, toda a luta teórica e política de Trotsky e de seus seguidores contra essa nefasta teoria stalinista. Assim, cita alguns trechos de Christian Rakovsky, membro da Oposição de Esquerda, e comenta:

Contudo, apesar das nobres intenções do autor, as soluções propostas estavam muito longe de responder aos desafios e de enfrentar a gravidade dos problemas identificados. Talvez os remédios imaginados tenham assumido apenas a forma de melhoria dos métodos de liderança política, junto com a tarefa de reeducar a classe trabalhadora(...) (p.745).

---

<sup>2</sup> O IVº Congresso da Internacional, realizado em 1923 confirmará e aprofundará as linhas gerais do congresso anterior. A *Resolução sobre o programa da Internacional Comunista*, sob a inspiração de Trotsky, determinará que *reivindicações transitórias* devem ser o eixo dos projetos de programa dos diversos partidos comunistas de todo o mundo (cf. *Manifestes, Thèses et résolutions des quatre premiers congrès mondiaux de l'Internationale Communiste 1919-1923*, Maspero, Paris, 1975, (p. 165). O V Congresso que se reuniu em junho/julho de 1924, já sem Lênin, começa o “esquecimento” da formulação de um programa de transição. As reivindicações transitórias são “esquecidas” e reaparece a dualidade de reivindicações *parciais e máximas* (Cf. Benoit, H., “Sobre o desenvolvimento (dialético) do Programa”, in *Crítica Marxista*, nº4, ed. Xamã,

Mais adiante, ainda comentando esse mesmo texto de Rakovsky, como se este fosse um documento fundamental da Oposição de Esquerda, escreve: “Tragicamente, as contradições eram muito mais profundas do que os problemas tratados por essas soluções” (p.746). Ora, como examinar seriamente as experiências fracassadas de controlar o capital e, sobretudo, a principal delas, que foi a soviética, sem tratar de maneira mais exaustiva os escritos e atos daquele que foi, inquestionavelmente, o principal opositor de Stálin e principal opositor à teoria do socialismo em um só país? Seja como for, já pela superficialidade com que Trotsky é tomado (em geral, através da biografia de Deutschner!) percebe-se que, de fato, não é em Trotsky que Mészáros vai procurar a inspiração para o seu conceito de “transição”.

Na verdade, aqui, já é possível até duvidar que o autor, em seu conceito de “transição”, possua alguma inspiração mais sólida na teoria marxista clássica. E, realmente, as outras partes do livro vão confirmar esta suspeita. Veremos que Mészáros, de fato, elabora uma noção de *transição* que não se inspira na tradição da Oposição de Esquerda, que não coincide com a concepção de *transição* que aparece no programa da IVª Internacional, assim como também, se afasta das concepções de Lênin e de Marx.

Isto fica mais claro na quarta parte, particularmente, no capítulo 24 que se intitula “Política radical e transição para o socialismo”. Vemos aqui que o próprio autor reivindica, de forma consciente, o seu afastamento das concepções de Marx e de Lênin, segundo ele, lacunares quanto a uma teoria de transição. Assim, afirma o autor que Marx não desenvolveu o que seria a nova forma histórica, aquela que viria após o capital. Como escreve ele:

A questão de como passar do mundo negado do capital ao reino da meramente ‘aludida’ (expressão de Marx) nova forma histórica não poderia ocupar nenhuma parte no

---

1977). A Internacional “bolchevizada”, desde este congresso, começava a servir de mero instrumento para a teoria do socialismo em um só país.

projeto teórico de Marx (de fato, ele menosprezou aqueles que se engajaram em tais ‘especulações sobre o futuro’) (p.1068).

Realmente, como se sabe, Marx jamais procurou escrever sobre o futuro, pois, para ele, isto era uma atitude dos socialistas utópicos ou de teóricos burgueses idealistas, como Augusto Comte, que inventara até uma religião para ordenar a humanidade futura. Esta noção de transição, sem dúvida, Marx realmente não a possuía! Mas, como dissemos, Mézáros também percebe a mesma lacuna em Lênin. Da mesma forma que Marx, segundo o autor, Lênin não teria considerado importante pensar a questão da transição antes de 1917. Como escreve ele:

Nem para Lênin, o problema da transição foi relevante antes da Revolução de Outubro, uma vez que estava engajado na elaboração de uma estratégia para ‘quebrar o elo mais débil da cadeia’, na esperança de iniciar uma reação em série que resultaria numa problemática muito diferente daquela que, realmente, se apresenta através dos constrangimentos históricos de uma revolução soviética isolada (ibidem).

Afirma então o autor que a necessidade de uma teoria de transição apareceu com urgência somente “como fruto da Revolução de Outubro” e se desenvolveu com a história do stalinismo no movimento operário internacional. Surgiu e cresceu, assim, lado a lado, “ao caminho soviético para o socialismo”. Mas, diz o autor,

como resultado, a teoria de transição infelizmente descambou logo após sua primeira aparição, desembocando, de um lado, no beco sem saída do voluntarismo stalinista e, de outro, nas suas várias negações abstratas.

Ressalta Mézáros que alguns esforços individuais buscaram um caminho, mas permaneceram tragicamente isolados e, como exemplo, cita somente a Gramsci (p.1068).

Ora, com se vê, aqui, mais uma vez, todo o esforço por uma teoria da *transição* realizado pela Oposição de Esquerda e que culminou na fundação da IVª Internacional

desaparece por completo na investigação do autor. Como esquecer, sobretudo, do programa escrito por Trotsky para esta Internacional e que se chama exatamente “de transição”? Como esquecer que este programa consiste exatamente num sistema de reivindicações *transitórias*? Reconhecendo a seriedade e rigor de Mészáros, como entender tal atitude? Certamente, não se trata de má-fé e nem mesmo de esquecimento. Por mais enigmático que pareça o problema, na verdade, a explicação é bastante simples: estamos diante de concepções totalmente diferentes de “transição”, diferentes na determinação temporal, nos meios e fins. O que Trotsky entende por “programa de transição” e por teoria de transição” não é um *programa de governo revolucionário*, mas sim, uma *estratégia dialética* para realizar, através de uma Internacional, a revolução mundial. Trata-se de uma ponte, como se lê no programa da IVª Internacional, entre as atuais condições de largas camadas da classe operária e a conquista do poder pelo proletariado. Enquanto que, para Mészáros, a noção de “transição” designa uma espécie de programa do governo para o futuro. A primeira concepção de transição é uma estratégia para a tomada do poder, ou seja, é a maneira de *transitar* ao poder. A segunda, aquela de Mészáros, é um programa para, já no poder, transitar ao socialismo ou, como ele próprio diz, para ir além não só do capitalismo, mas sim, para transitar a uma região além do capital.

Mas, aqui, obviamente, cabe perguntar: ora, será que Marx e Lênin (antes de 1917) não tinham realmente uma teoria de transição, como afirmara Mészáros? Não seria melhor dizer que ambos entendiam por “teoria de transição”, como Trotsky, algo diferente do que entende o autor de *Para além do capital*? Não seria melhor dizer que Marx e Lênin (mesmo antes de 1917) talvez entendessem por “teoria de transição”, justamente, uma teoria de como realizar a negação da negação (expropriar os expropriadores) à escala mundial? Neste sentido preciso, Marx (na sua crítica teórica ao capital), Lênin (na sua

teoria de partido nacional e internacional), e Trotsky (seguindo a ambos, mas, os desenvolvendo de forma *programática*) possuíam uma mesma concepção de transição, ou seja, uma estratégia para realizar, partindo do presente imediato, o movimento dialético que conduz à expropriação dos expropriadores, à negação da negação, mas, não “para além do capital”..

Pode-se perfeitamente compreender, de fato, que após tantas derrotas do movimento comunista, que após a destruição de todas as conquistas da Revolução de Outubro, Mészáros, seguindo o projeto de Lukács (de atualizar *O capital*), pretenda desenvolver uma nova teoria de transição (e que, talvez, ela seja realmente necessária). No entanto, não seria necessário também diferenciá-la claramente da noção de *transição* que aparece na teoria clássica? Afinal, como transitar para “além” do capital sem uma teoria clássica de transição? Sem a construção de uma estratégia transitória internacionalista que desencadeie o processo negativo da revolução mundial estamos “aquém” de qualquer “além”. Sem construir uma Internacional qualquer revolução localizada não corre o risco de ser tentada novamente pela nefasta teoria do “socialismo em um só país”? Nesse sentido, no prefácio à edição brasileira, Mészáros é bastante cético em relação às Internacionais que existiram nestes últimos 150 anos, considerando que fatores objetivos as levaram aos sucessivos fracassos e que estes teriam sido objetivamente determinados. Segundo ele, “o problema fundamental é que a pluralidade setorial do movimento operário está intimamente ligada à pluralidade contraditória hierarquicamente estruturada dos capitais, seja em cada país, seja em escala mundial” (p.27). Isto torna objetivamente difícil a unidade do movimento operário internacional. Uma Internacional, sobretudo, nos moldes leninistas, parece assim tornar-se impossível para o autor. Aliás, talvez nem sequer desejável, já que, ele parece também considerar esgotada a própria concepção leninista de partido, pois este



tipo de partido espelharia em seu próprio modo de articulação a estrutura política do Estado capitalista burocratizado (p.29).

Mas, diante disso, o que resta como transição no sentido clássico? Não é necessária mais a teoria clássica de transição, aquela de Marx? Como então transitar, para além do *capital*, se não transitamos, primeiramente, para além da forma histórica dominante, aqui e agora, o capitalismo? Estas são perguntas que Mészáros parece não responder e são, no mínimo, decepcionantes as suas indicações não abstratas para começar a ter condições de transitar para além do capital. Assim, nos informa que possui a convicção que a sorte do socialismo se decidirá nos Estados Unidos (p.31). De onde vem esta convicção? Não nos informa! Da mesma maneira, são óbvias, vagas e decepcionantes as afirmações de que na América Latina temos maior “fermento social e intelectual” que nos países europeus. Mas, dá conselhos a nós latino-americanos: deixa claro que é preciso, entre nós (latino-americanos), “erradicar as contradições herdadas da esquerda histórica organizada”. Entre os exemplos a seguir, nos dá “a vitória esmagadora do Presidente Chavez na Venezuela”, o qual “tenta introduzir alterações importantes no terreno da reprodução material, como parte fundamental da alternativa visada” (p.33). Lamentamos apenas que Lula não havia ainda sido eleito quando o autor fez este prefácio à edição brasileira, pois, caso contrário, talvez o nosso presidente também estaria entre as esperanças de transição aquém do além.